

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A B2W Companhia Digital ("B2W" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Sacadura Cabral nº 102, no município e Estado do Rio de Janeiro, é resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A., tendo suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código BTOW3. A B2W é controlada pela Lojas Americanas S.A. ("LASA" ou "Controladora"), companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos LAME3 - ON e LAME4 - PN.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam nas seguintes frentes: *e-commerce* por meio das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; *Marketplace*; e conta de pagamento digital por meio da Ame.

A B2W oferece serviços de tecnologia, por meio da BIT Services, resultado da construção de uma plataforma de tecnologia disruptiva, robusta e inovadora para suportar o crescimento da Companhia. Na vertical de logística, a B2W oferece serviços de armazenagem, distribuição e atendimento a clientes e parceiros por meio da B2W Fulfillment (BFF). Por fim, os serviços de crédito ao consumidor são mais uma plataforma importante para a B2W Digital, e a Companhia oferece cartões próprios para as suas quatro marcas, Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo e dos passivos financeiros que são mensurados ao custo amortizado.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2020.

(a) Declaração de conformidade

A demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei 6.404/76 e pronunciamentos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e ratificados pela Comissão dos Valores Imobiliários – CVM.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Mudanças nas principais políticas contábeis

A seguinte norma adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 trouxe impactos materiais para o Grupo:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, o Grupo, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento (nota 17). A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, e utilizou a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 / IAS 17 e interpretações relacionadas.

A seguir apresentamos as principais linhas das demonstrações contábeis, com as alterações introduzidas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamento mercantil, na data base da sua adoção inicial:

Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originais	Impacto da adoção	Recomposição do saldo de abertura	Saldos originais	Impacto da adoção	Recomposição do saldo de abertura
Ativo não circulante	6.042.514	204.170	6.246.684	5.999.122	256.302	6.255.424
IR/CSLL Diferidos	1.104.076	10.132	1.114.208	1.163.874	12.061	1.175.935
Investimentos	589.750	(3.745)	586.005	-	-	-
Direito de uso de imóveis	-	197.783	197.783	-	244.241	244.241
Passivo Circulante	2.899.926	53.027	2.952.953	3.209.425	65.976	3.275.401
Arrendamentos a pagar - líquido	-	53.027	53.027	-	65.976	65.976
Passivo não circulante	6.310.531	174.556	6.485.087	6.284.654	213.739	6.498.393
Arrendamentos a pagar - líquido	-	174.556	174.556	-	213.739	213.739
Patrimônio Líquido	3.537.115	(23.413)	3.513.702	3.537.115	(23.413)	3.513.702

Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos não onerosos;

- contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

O Grupo também optou por não reavaliar se um contrato é, ou se contém, um arrendamento na data da adoção inicial. Em vez disso, para contratos firmados antes da data de transição, o Grupo utilizou sua avaliação efetuada aplicando o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4 - "Determinação se um Acordo contém um Arrendamento".

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para o Grupo:

(a) IFRIC 23/ ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas críticas da administração estão divulgados nas Notas 3 e 11, respectivamente.

No que se refere a tratamentos fiscais incertos relacionados ao imposto de renda e contribuição social, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. Caso a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos, entenda que tais tratamentos serão provavelmente aceitos pela autoridade fiscal, a Companhia efetua divulgação e, caso o tratamento fiscal provavelmente não seja aceite pela autoridade fiscal, a Companhia efetua o registro da provisão.

(b) IAS 12/ CPC 32 – Tributos sobre o lucro

A norma esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.

(c) IAS 23/ CPC 20 – Custos de empréstimos

A alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.

(d) IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios

A norma esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (step-acquisition). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.

(e) IAS 28/ CPC 19 – Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto

O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou joint venture que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas

investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações contábeis da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 14).

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

As atividades do Grupo estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pelo Grupo (*e-commerce*; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; *Marketplace*; e conta de pagamento digital), tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio. O Grupo atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. e da Digital Finance Promotora de Crédito Ltda., que, por não atingirem os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não estão sendo apresentadas como um segmento operacional distinto.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real ("R\$") para moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.6 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros títulos e valores mobiliários de curto prazo de alta liquidez, com intenção e possibilidade de serem resgatados em curto prazo, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Classificação

O Grupo classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas ou despesas financeiras”.

Os juros de títulos ao VJORA, calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias; ou
- (iii) probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.7.5 Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos - atividades de *hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos como *hedge* de valor justo para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Para maiores detalhes, vide nota 4.3.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão de perda de crédito estimada. São registradas também nessa rubrica as vendas efetuadas por meio de operações corporativas, destacadas como "Demais contas a receber" (nota 9).

As contas a receber de clientes, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação menos a provisão de perda de crédito estimada ("*Impairment*").

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto a sua adequação.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

- (i) da contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como “ativo intangível”.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(c) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota 16).

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares e websites* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *softwares e websites* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/website* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software/website* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software/website* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software/website* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/website*;
- O gasto atribuível ao *software/website* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software/website*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares/websites* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento do *software/website*. O montante dos encargos sobre os empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o exercício sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o exercício.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 15. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.13 Arrendamento mercantil

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1) / IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial.

2.14 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados

subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Os ágios ajustados a resultado do exercício por *Impairment*, não são mais revertidos.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 18).

2.16 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 5,86% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (6,48% a.a. em 31 de dezembro de 2018), base das captações para as respectivas datas-bases. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada na rubrica "Fornecedores" (Nota 18), em contrapartida da conta de "Estoques" (Nota 10) e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" (Nota 29), pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 6,31% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (7,00% a.a. em 31 de dezembro de 2018), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" (Nota 9), em contrapartida da conta de "Receita de Vendas" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 29) pela fruição do prazo.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *hedge*, tendo contratos de *swap* como instrumentos para fins de proteção às oscilações da taxa de câmbio estão registrados a valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social.

2.19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis. Contudo, os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados em separado (nota 12 (a)).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.20 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações BTOW3) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do exercício de duração e aquisição de direito sobre ações dos planos (*vesting period*) é determinado mediante ao valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este valor total apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o *vesting period*, considerando a expectativa de desistência.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas de desistência sobre a quantidade de ações que estão em *vesting period*, com base em dados históricos, e, reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações emitidas ou ações restritas, conforme o caso, emitidas no final do *vesting period* são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o *vesting period*.

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 25).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.22 Reconhecimento da receita

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias e serviços são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "Adiantamento recebido de clientes" classificadas no passivo circulante.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.23 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto

social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.14.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido e considera o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração e estão apresentadas na Nota 12.

A expectativa para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos está demonstrada na nota 12 (b).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros apresentados na nota 4.3 é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço ou, caso não existam, em outros instrumentos que permitam a sua mensuração.

(d) Crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Conforme mencionado na Nota 11, o crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS na sua base de cálculo foi calculado considerando a melhor estimativa da administração determinada com base no levantamento dos documentos identificados e disponíveis. O longo período que envolve o direito ao crédito, compreendendo datas que antecedem a vigência e obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica e da escrituração fiscal digital (SPED), gera maior complexidade na apuração dos valores e, portanto, o valor reconhecido ainda pode sofrer alterações.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

(a) Provisão de perda de crédito estimada

Fundamentada pela Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas da realização das contas a receber (nota 9).

(b) Perdas estimadas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 15 e 16).

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(e) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício (nota 11).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

O Grupo não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos

embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco cambial**

O Grupo utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

- *Swaps* tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos e Euro). Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (nota 19) para moeda e taxa de juros locais, variando de 118,9% a 122,6% do CDI. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2019, um valor de referência de R\$ 800.000 na controladora e R\$ 800.000 no consolidado (R\$ 1.090.000 e R\$ 1.136.324 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. O Grupo tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Objeto do <i>hedge</i>		790.496	1.120.161	790.496	1.168.284
Posição passivo do <i>swap</i> (% CDI)		(816.561)	(1.117.541)	(816.561)	(1.164.307)
Saldo contábil de ajuste de <i>swap</i>		(26.065)	2.620	(26.065)	3.977
		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	790.496	1.120.161	790.496	1.168.284
	Valor justo	802.770	1.088.697	802.770	1.137.412
		12.274	(31.464)	12.274	(30.872)
<i>Swaps</i>					
Posição ativa (Dólar/Euro + Pré)	Custo amortizado	(790.496)	(1.120.161)	(790.496)	(1.168.284)
	Valor justo	(804.465)	(1.116.867)	(804.465)	(1.165.942)
		(13.969)	3.294	(13.969)	2.342
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	(816.561)	(1.117.541)	(816.561)	(1.164.307)
	Valor justo	(818.256)	(1.145.711)	(818.256)	(1.192.837)
		1.695	28.170	1.695	28.530
		12.274	(31.464)	12.274	(30.872)

Considerando que a exposição do Grupo ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar e do Euro frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras do Grupo.

(ii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente (cerca de 89% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 84% das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

		Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	2.665.242			
Empréstimos financiamentos e debêntures	1.322.361	461.152	5.663.804	646.166
Arrendamentos a pagar	78.240	54.487	118.236	40.212
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	1.907.327	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	694.058	2.484.977	4.545.653	860.431

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	2.758.582			
Empréstimos financiamentos e debêntures	1.342.808	460.686	5.717.242	646.166
Arrendamentos a pagar	98.988	71.239	136.698	40.212
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	2.005.607	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	742.861	2.506.754	4.545.653	860.431

(d) Análise de sensibilidade adicional

Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de *swap* registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta do Grupo em USD/EUR estavam assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos em moeda estrangeira				
US\$ (Nota 19 (a))	296.368	635.968	296.368	684.091
€ (Nota 19 (a))	494.128	484.193	494.128	484.193
Taxa US\$ na data de fechamento	4,0307	3,8748	4,0307	3,8748
Taxa € na data do fechamento	4,5305	4,4390	4,5305	4,4390
Taxa de US\$ final estimada, divulgada pelo Bacen	4,0900	3,8000	4,0900	3,8000
Taxa de € final estimada, divulgada pelo Bacen	4,6203	4,4825	4,6203	4,4825

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Controladora			
	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019		4,0307	4,0307	4,0307
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2020		4,0900	5,1125	6,1350
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	4.360	79.542	154.724
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(4.360)	(79.542)	(154.724)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Euro				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019		4,5305	4,5305	4,5305
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2020		4,6203	5,7754	6,9304
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação €)	9.792	135.772	261.752
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação €)	(9.792)	(135.772)	(261.752)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Operação	Consolidado			
	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019		4,0307	4,0307	4,0307
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2020		4,0900	5,1125	6,1350
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	4.360	79.542	154.724
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(4.360)	(79.542)	(154.724)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Euro				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019		4,5305	4,5305	4,5305
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2020		4,6203	5,7754	6,9304
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação €)	9.792	135.772	261.752
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação €)	(9.792)	(135.772)	(261.752)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

O Grupo mantém grande parte da sua dívida, aproximadamente 89%, e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os *swaps* tradicionais). A dívida líquida estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dívida líquida:				
- Caixa e equivalentes de caixa	3.533.847	3.113.727	3.535.807	3.119.948
- Títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros	2.943.891	1.717.267	3.172.266	1.916.761
- Empréstimos e financiamentos	(6.167.023)	(6.576.600)	(6.233.126)	(6.644.019)
- Debêntures	(200.214)	(200.246)	(200.214)	(200.246)
	110.501	(1.945.852)	274.733	(1.807.556)
Taxa do CDI na data de fechamento	4,40%	6,40%	4,40%	6,40%
Taxa do CDI final estimada divulgada pelo Bacen	4,50%	6,50%	4,50%	6,50%

- Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2019 - %	4,40%	4,40%	4,40%
Caixa líquido	110.501	110.501	110.501
Taxa anual estimada do CDI em 2020 - %	4,50%	5,63%	6,75%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	111	1.354	2.597

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração	Cenário II - Deterioração
		de 25%	de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2019 - %	4,40%	4,40%	4,40%
Caixa líquido	274.733	274.733	274.733
Taxa anual estimada do CDI em 2020 - %	4,50%	5,63%	6,75%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	275	3.365	6.456

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

O Grupo monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo utiliza abordagem de mercado para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros.

O Grupo aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (Nível 3) *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor por meio do resultado justo em 31 de dezembro de 2019.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Fundo de Investimento FIDC	-	224.775	-
CDB	-	5.217.596	-
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	1.250.523	-
Total do ativo	-	6.692.894	-
Passivos			
Empréstimos e financiamentos (Moeda estrangeira)	-	802.770	-
Derivativos usados para <i>hedge - swap</i>	-	13.791	-
Total do passivo	-	816.561	-

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	12.044		12.044
CDB	-	4.581.947	-	4.581.947
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	433.849	-	433.849
Total do ativo	-	5.027.840	-	5.027.840
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	1.137.412	-	1.137.412
Derivativos usados para <i>hedge</i> - <i>swap</i>	-	26.895		26.895
Total do passivo	-	1.164.307	-	1.164.307

Não existem ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a acordo de compensações.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	6.692.894	6.692.894
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	1.277.491	-	1.277.491
Caixa e equivalentes de caixa	15.179	-	15.179
	1.292.670	6.692.894	7.985.564
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional	-	5.416.565	5.416.565
Moeda estrangeira	802.770	-	802.770
Instrumentos financeiros derivativos - swap	13.791	-	13.791
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	3.569.907	3.569.907
Debêntures	-	200.214	200.214
	816.561	9.186.686	10.003.247

	Consolidado		
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	5.027.840	5.027.840
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	582.117	-	582.117
Caixa e equivalentes de caixa	8.869	-	8.869
	590.986	5.027.840	5.618.826
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2018			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional	-	5.479.712	5.479.712
Moeda estrangeira	1.137.412	-	1.137.412
Instrumentos financeiros derivativos - swap	26.895	-	26.895
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	2.348.943	2.348.943
Debêntures	-	200.246	200.246
	1.164.307	8.028.901	9.193.208

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil (todas instituições de primeira linha) e os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito, que possuem reduzidos níveis de risco de crédito, conforme avaliação das principais agências de *rating*.

A exposição do Grupo aos usos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 4.1. Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou utilizar os ativos citados acima.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos em caixa e bancos	13.219	2.648	15.179	8.869
Certificados de Depósito Bancário - CDB's (i)	3.504.490	3.067.695	3.504.490	3.067.695
Letras de Arrendamento Mercantil (ii)	16.138	43.384	16.138	43.384
	3.533.847	3.113.727	3.535.807	3.119.948

- (i) Remunerados a uma taxa de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (de até 106,25% do CDI em 31 de dezembro de 2018). Os CDB's são classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

- (ii) Remunerados a uma taxa de até 103,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (de até 101,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018). As LAM's são classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8 Títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	1.501.924	1.314.759	1.713.107	1.514.253
Letras de Arrendamento Mercantil (ii)	145.247	390.464	148.047	390.464
Letras Financeiras (iii)	1.071.945	-	1.086.337	-
Cotas júnior (Fênix-FIDC (a))	31.324	-	31.324	-
Cotas sênior (Fênix-FIDC (b))	192.951	12.044	192.951	12.044
Cotas mezanino (Faisca-FIDC (c))	500	-	500	-
	2.943.891	1.717.267	3.172.266	1.916.761
Parcela do circulante	2.719.116	1.717.267	2.947.491	1.916.761
Parcela do não circulante	224.775	-	224.775	-

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (de até 106,25% do CDI em 31 de dezembro de 2018). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.
- (ii) As Letras de Arrendamento Mercantil, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 103,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019 (de até 101,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.
- (iii) As Letras Financeiras, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remuneradas a uma taxa de até 107,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fênix FIDC do Varejo II

Em outubro de 2018, foi aprovada pela administração da Companhia a estruturação do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II ("Fênix FIDC do Varejo II"), com prazo de duração de 20 (vinte) anos, cujo objetivo definido em regulamento é a aquisição de direitos de crédito de titularidade da Companhia, entre outros, originários por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de credenciadores de estabelecimentos comerciais.

O "Fênix FIDC do Varejo II", iniciou suas operações em fevereiro de 2019, 1.100.000 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.017.500 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a 106,50% da variação do DI e 30.000 cotas subordinadas subscritas pela Companhia e 52.500 subscritas pela controladora Lojas Americanas, totalizando as cotas seniores e subordinadas a um Patrimônio líquido de R\$ 1.100.000 do "Fênix FIDC do Varejo II".

A totalidade do valor das cotas seniores correspondente ao principal investido será amortizada/resgatada em uma única data, no dia útil correspondente ao término do período de 5 (cinco) anos a partir de sua data de emissão. O valor das cotas seniores correspondente à rentabilidade acrescida às cotas seniores após sua data de emissão será amortizado semestralmente, a partir da data de emissão.

A estrutura do Fênix FIDC do Varejo II, bem como a remuneração das cotas está assim representada:

Cotas	Quantidade	%	31/12/2019	Benchmark - DI
Sênior	1.017.500	92,3%	1.039.107	106,5%
Subordinada	85.810	7,7%	86.142	-
		100,0%	1.125.249	

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019

	2019
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	4
Títulos e valores mobiliários	299.967
Contas a receber	
Lojas Americanas	364.181
B2W	448.982
Outros	12.226
Total do ativo	1.125.360
Passivo	
Contas a pagar (Circulante)	111
Financiamentos (Não circulante)	1.039.107
Patrimônio líquido	86.142
Total do passivo e patrimônio líquido	1.125.360

Demonstração do resultado no exercício findo em:

	2019
Receitas financeiras	3.298
Despesas financeiras	(2.956)
Lucro do exercício	342

(b) Fenícia Fundo De Investimento em Direitos Creditórios

A Companhia detém 197.762 cotas do Fundo Fenícia, que tem por objeto captar recursos para aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios de terceiros, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas conforme datas de resgate definidas nos respectivos suplementos ou em virtude de sua liquidação.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do fundo.

(c) Faísca Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Companhia detém 1.000 cotas do Fundo Faísca, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do fundo.

(d) Movimentação dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (de até 106,25% do CDI em 31 de dezembro de 2018). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2018	2.841.006	2.987.229
Adições	12.772.459	13.348.360
Alienações	(12.250.622)	(12.773.252)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(1.645.576)	(1.645.576)
Em 31 de dezembro de 2018	1.717.267	1.916.761
Adições	11.857.667	12.495.874
Alienações	(10.221.494)	(10.830.820)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(409.549)	(409.549)
Em 31 de dezembro de 2019	2.943.891	3.172.266

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cartões de crédito (i)	261.017	102.303	261.017	102.303
Fundo de Investimento - FIDC (Nota 8(a))	448.982	-	448.982	-
Demais contas a receber (ii)	64.609	38.815	111.324	100.132
	774.608	141.118	821.323	202.435
Ajuste a valor presente (nota 2.7) (iii)	(8.179)	(1.942)	(8.179)	(1.942)
Provisão de perda de crédito estimada	(15.261)	(15.839)	(50.997)	(45.004)
	751.168	123.337	762.147	155.489

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas.
- (iii) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	749.025	127.170	783.149	169.163
Vencidos:				
até 30 dias	8.324	6.526	10.593	8.225
31 a 60 dias	5.795	268	6.422	1.693
61 a 90 dias	3.418	103	3.746	781
91 a 120 dias	1.163	140	1.687	696
121 a 180 dias	804	81	1.786	496
> 180 dias	6.079	6.830	13.940	21.381
	774.608	141.118	821.323	202.435

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(15.231)	(34.335)
Adições / Reversões	(608)	(10.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(15.839)	(45.004)
Adições / Reversões	578	(5.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(15.261)	(50.997)

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	888.396	839.579	950.451	877.891
Ajuste a valor presente (nota 2.16)	(2.836)	(1.638)	(2.836)	(1.638)
Suprimentos e embalagens	2.608	3.316	3.767	3.316
	888.168	841.257	951.382	879.569

Os saldos acima estão apresentados pelos valores líquidos da provisão para perdas por inventários, obsolescência e baixo giro. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(80.565)
Adições / Reversões	9.221
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(71.344)
Adições / Reversões	5.495
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(65.849)

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	201.266	174.735	209.949	182.653
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	48.459	58.423	52.991	62.038
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.205.555	1.213.604	1.209.072	1.216.716
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	239.996	257.713	247.509	277.184
Outros	8.592	8.494	9.883	9.340
	1.703.868	1.712.969	1.729.404	1.747.931
Efeitos líquidos dos créditos tributários ICMS na base do PIS e da Cofins	151.900	-	151.900	-
	1.855.768	1.712.969	1.881.304	1.747.931
Parcela do circulante	658.600	457.445	684.136	492.407
Parcela do não circulante	1.197.168	1.255.524	1.197.168	1.255.524

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, segue expectativa de realização dos principais impostos a recuperar:

Em	Controladora		
	PIS e COFINS	IR e CSLL	ICMS
2020	396.875	149.818	111.907
2021	496.155	23.539	89.359
2022	432.269	48.930	-
2023	32.156	66.168	-
	1.357.455	288.455	201.266

- PIS e COFINS: A Companhia espera recuperar R\$ 396.875 em 2020 e R\$ 960.580 em até 3 anos (2021 a 2023) através de débitos via apuração e compensação com outros tributos federais.

- IRPJ e CSLL: A Companhia espera recuperar R\$ 288.455 em até 4 anos (2020 a 2023), através de pedido de restituição e/ou compensação com outros tributos federais.

- ICMS: A Companhia espera recuperar os créditos de ICMS com suas próprias operações no valor de R\$ 111.907 em 2020 e R\$ 89.359 em 2021.

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação.

Trânsito em julgado – Exclusão do ICMS na base cálculo do PIS e da Cofins

No 4º Trimestre de 2019, a Companhia e sua controladora Lojas Americanas obtiveram êxito em ação judicial que questionavam a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na

base de cálculo do PIS e da COFINS. Com os trânsitos em julgado, a Companhia teve reconhecido o direito de reaver o valor dos impostos apurados no período objeto dos pleitos, devidamente corrigidos.

Tendo em vista o posicionamento atual das autoridades fiscais sobre o critério para a mensuração dos créditos fiscais, que será objeto de confirmação pelo Supremo Tribunal Federal através do julgamento dos Embargos de Declaração interpostos pela União Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706, a Companhia, amparada em opinião de seus assessores jurídicos, optou por registrar os créditos fiscais com base no critério atualmente reconhecido pelas autoridades fiscais (Solução COSIT nº 13/18 e a IN nº 1911/19), ou seja, os créditos fiscais foram mensurados com base no valor do ICMS efetivamente pago.

O longo período que envolve o direito ao crédito, compreendendo datas que antecedem a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica e a escrituração fiscal digital (SPED), gera maior complexidade na apuração dos valores. Assim, o montante registrado de R\$ 152 milhões, consiste na melhor estimativa da administração, determinada com base no levantamento das informações disponíveis e, portanto poderá sofrer alterações. Ressalta-se que o referido crédito, para ser aproveitado mediante compensação, deverá ser objeto de validação via procedimento administrativo perante a Superintendência da Receita Federal do Brasil.

A segregação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa do aproveitamento desses créditos na quitação dos impostos administrados pela SRF.

Maiores detalhes vide as Notas 11, 12, 27, 28 e 29.

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Ativo Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízos fiscais	749.096	654.894	773.140	676.370
Bases negativas de contribuição social	269.674	235.761	278.333	243.497
Diferenças temporárias				
Contingências	19.157	18.375	19.157	18.375
Operações de swap não liquidados	14.471	13.755	17.417	28.695
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	40.843	45.764	40.843	45.764
Provisões para perdas no estoque, perda de crédito estimada e outras provisões	196.894	150.348	216.165	161.756
Operações de arrendamento	9.898	-	12.661	-
Outros	19.816	20.296	27.741	27.935
	1.319.849	1.139.193	1.385.457	1.202.392
	Controladora		Passivo Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Capitalização de juros	15.192	32.153	15.192	32.153
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	37.789	-	37.789	-
Outros	2.307	2.964	5.707	6.365
	55.288	35.117	58.688	38.518
Saldo líquido	1.264.561	1.104.076	1.326.769	1.163.874

(b) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
2022	17.249	18.098
2023	81.662	85.676
2024	155.291	162.931
2025	264.373	277.379
2026	371.299	389.565
2027	374.687	393.120
	1.264.561	1.326.769

A realização dos impostos diferidos foi determinada com base no plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia e são revisados pelo menos a cada exercício.

As projeções são efetuadas através de fluxos de caixa operacionais iniciados a partir do exercício de 2020, em termos nominais, considerando a inflação da economia pelas variações de índices financeiros de mercado utilizando o período máximo de 10 anos.

A Administração reitera a confiança no seu Plano de Negócios, que tornou a estrutura operacional das plataformas de desenvolvimento de negócios mais robusta e seguirá monitorando seus indicadores internos e os externos como forma de ratificar as suas estimativas.

(c) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(468.592)	(612.134)	(462.696)	(589.172)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
	159.321	208.126	157.317	200.318
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil				
Participação em controladas e controlada em conjunto	9.247	22.885	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(18.214)	(16.304)	(12.859)	(9.060)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	150.354	214.707	144.458	191.258
Correntes	-	-	(17.745)	(20.569)
Diferidos	150.354	214.707	162.203	211.827
Imposto de renda e contribuição social	150.354	214.707	144.458	191.258
Alíquota efetiva	32%	35%	31%	32%

13 Transações com partes relacionadas

	A receber (a pagar)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Operações com a Controladora				
Lojas Americanas S.A. (i)	(20.367)	41.013	149.149	98.918
- Aluguel Sede e CD's e diversos	(6.227)	(3.148)	(19.541)	(20.211)
- Mercadorias de revenda - venda	26.128	19.786	657	565
- Mercadorias de revenda - compra	(3.255)	(2.988)	(413)	(1.931)
- Plataforma Serviços Digitais e operações O2O	(133.974)	(2.724)	(18.459)	(26.759)
- Operações Lojas Americanas x QSM	36.558	16.297	80.751	95.930
- Operações Lojas Americanas x Direct	35.213	7.968	64.863	31.675
- Operações Lojas Americanas x BIT	25.190	5.822	41.291	19.649
Operações com controladas (ii)	61.546	32.798	(79)	(61)
B2W Rental	39.462	39.455	-	-
Submarino Finance	156	1.935	-	-
Click Rodo	-	7	-	(1)
BIT Services (antiga Ideais)	43.320	33.402	-	-
Direct	887	766	(62)	(60)
QSM	(28.955)	(50.412)	(17)	-
Outras contas a receber	6.837	7.806	-	-
Outras contas a pagar	(161)	(161)	-	-
Outras operações com controladas	(103.294)	(108.428)		
Transporte de mercadorias				
Direct	(103.248)	(100.770)		
Desenvolvimento de sistemas				
BIT Services (antiga Ideais)	(46)	(7.658)		
Ativo Não Circulante	89.729	85.873		
Passivo Não circulante	(248.805)	(150.577)		
Debêntures (iii)	(200.214)	(200.246)	(15.098)	(16.119)
BWU	(200.214)	(200.246)	(15.098)	(16.119)

(i) Referem-se a operações de compra e venda de mercadorias, reembolso de despesas e prestação de serviços de transporte e de tecnologia.

(ii) Referem-se, principalmente, a reembolso de despesas e adiantamentos para futuro aumento de capital.

(iii) Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no montante de R\$ 200.000. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, totalmente subscrita pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da controladora Lojas Americanas S.A. Os requisitos e características da emissão estão relacionados na Nota 20.

14 Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	BFF	Finance	ST Importações	B2W Chile	QSM	BIT Services (i)	Digital Finance	Rental	B2W Argentina	Mesa- express	B2W México	Ame Digital	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	160.257	79.801	61.900	(208)	21.870	220.938	989	(23.121)	238	3	31	-	522.698
Equivalência patrimonial	21.342	7.301	14.561	-	6.706	8.812	9.584	(107)	-	-	-	-	68.199
Ajuste conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Mais valia	-	-	-	-	-	(889)	-	-	-	-	-	-	(889)
Baixa de investimento	(197)	-	-	208	-	-	-	-	(238)	-	(31)	-	(258)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	181.402	87.102	76.461	-	28.576	228.861	10.573	(23.228)	-	3	-	-	589.750
Equivalência patrimonial	1.565	10.337	12.263	-	1.675	3.402	2.618	(61)	-	-	-	(3.714)	28.085
Ajuste conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.567	27.567
Baixa Mais valia	-	-	-	-	-	(889)	-	-	-	-	-	-	(889)
Constituição com bens tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.840	41.840
Adoção inicial IFRS 16	(1.483)	-	(78)	-	(1.108)	(1.076)	-	-	-	-	-	-	(3.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	181.484	97.439	88.646	-	29.143	230.298	13.191	(23.289)	-	3	-	65.693	682.608

(i) Inclui ágio por rentabilidade futura na aquisição da controlada no valor de R\$ 43.794.

(b) Informações sobre investimentos em controladas e investidas

	2019			
	% Participação	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	181.480	1.565
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	88.646	12.263
Mesaexpress	99,99	275	-	-
Submarino Finance Promotora de Crédito	100,00	12.005	97.439	10.337
QSM	100,00	5.000	29.713	1.675
BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda	100,00	170.013	192.207	2.513
Digital Finance	100,00	500	13.191	2.618
Rental	99,96	2	(23.298)	(61)
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	12.205	(142)
Direct	100,00	237.755	80.506	(604)
Investida				
Ame Digital	43,08	161.114	152.491	(8.622)
	2018			
	% Participação	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	181.398	21.342
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	76.461	14.561
Mesa Express	100,00	275	-	-
Submarino Finance Promotora de Crédito	100,00	12.005	87.102	7.301
QSM	100,00	5.000	29.528	6.706
BIT Services	100,00	170.013	191.746	7.923
Digital Finance	100,00	500	10.573	9.584
Rental	99,96	2	(23.238)	(107)
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	12.346	(1.131)
Direct	100,00	237.755	82.593	2.232

(c) Demais informações sobre investidas

A AME Digital Brasil Ltda. “AME”, plataforma mobile de negócios, desenvolvida em conjunto pela Companhia e sua controladora Lojas Americanas S.A., tem por objeto social, basicamente, a prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas, de varejo ou não com vantagens para os consumidores finais. Foi constituída em 31 de julho de 2019, com capital social de R\$ 97.124, representado por 97.124.100, quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 41.840.043 quotas subscritas pela B2W e 55.284.057 quotas subscritas pela controladora Lojas Americanas S.A. Com isso, a B2W detém 43,08% do capital social e, consequentemente, a controladora Lojas Americanas S.A. 56,92%. Esses percentuais foram fixados com base nos ativos intangíveis e nos ativos fixos relacionados ao Projeto Ame.

Em dezembro de 2019, a Companhia e sua controladora Lojas Americanas, únicas quotistas da AME, disponibilizaram recursos, proporcionais a sua participação, para futuro aumento de capital no montante total de R\$ 63.990. Consequentemente a companhia disponibilizou a importância de R\$ 27.567 e a controladora Lojas Americanas R\$ 36.423.

15 Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	5.704	55.947	339.532	48.856	-	1	450.040
Aquisições	-	1.024	15.076	-	4.016	-	20.116
Baixas	-	(24)	(52)	-	-	-	(76)
Transferências	-	55	-	3.961	(4.016)	-	-
Depreciação	-	(6.998)	(41.777)	(6.888)	-	-	(55.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.704	50.004	312.779	45.929	-	1	414.417
Aquisições	-	1.918	17.617	132	4.418	45	24.130
Baixas	-	(29)	(28)	-	-	-	(57)
Transferências	-	55	-	3.961	(4.016)	-	-
Depreciação	-	(5.677)	(41.661)	(7.021)	-	-	(54.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.704	46.271	288.707	43.001	402	46	384.131
Saldos em 31 de dezembro de 2018:							
Custo total	5.754	114.959	559.394	30.654	70.864	88	781.713
Baixas	(50)	(844)	(3.592)	(10.247)	(4.952)	(1)	(19.686)
Transferências	-	(990)	2.048	64.800	(65.912)	54	-
Depreciação acumulada	-	(63.121)	(245.071)	(39.278)	-	(140)	(347.610)
Valor residual	5.704	50.004	312.779	45.929	-	1	414.417
Saldos em 31 de dezembro de 2019:							
Custo total	5.754	116.877	577.011	30.786	75.282	133	805.843
Baixas	(50)	(873)	(3.620)	(10.247)	(4.952)	(1)	(19.743)
Transferências	-	(935)	2.048	68.761	(69.928)	54	-
Depreciação acumulada	-	(68.798)	(286.732)	(46.299)	-	(140)	(401.969)
Valor residual	5.704	46.271	288.707	43.001	402	46	384.131
Taxa média anual de depreciação	-	10,08%	11,17%	10%	-	Indefinida	

	Consolidado								
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens para locação	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	5.704	62.116	349.776	41.034	31	11.080	103	-	469.844
Aquisições	-	1.286	18.922	562	-	4.063	-	1.389	26.222
Baixas	-	(24)	(80)	(18)	-	(117)	-	399	160
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	117	245	4.874	-	(4.016)	-	(1.224)	(4)
Depreciação	-	(7.792)	(45.259)	(7.129)	(30)	-	-	(123)	(60.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.704	55.606	323.385	39.260	1	10.999	103	441	435.499
Aquisições	-	2.359	21.710	1.008	-	6.209	642	-	31.928
Baixas	-	(29)	(55)	-	-	-	-	-	(84)
Transferências	-	-	107	1.684	-	(1.791)	-	-	-
Depreciação	-	(6.454)	(45.413)	(7.514)	(1)	-	(95)	-	(59.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.704	51.482	299.734	34.438	-	15.417	650	441	407.866
Saldos em 31 de dezembro de 2018:									
Custo total	5.754	128.206	585.396	23.829	27.397	91.801	7.183	2.520	872.086
Baixas	(50)	(1.461)	(4.581)	(15.214)	(2.321)	(6.296)	(57)	398	(29.582)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	(3.132)	3.846	73.798	2.306	(74.495)	-	(2.321)	2
Depreciação acumulada	-	(67.910)	(261.057)	(43.090)	(27.381)	-	(7.023)	(156)	(406.617)
Valor residual	5.704	55.606	323.385	39.260	1	10.999	103	441	435.499
Saldos em 31 de dezembro de 2019:									
Custo total	5.754	130.565	607.106	24.837	27.397	98.010	7.825	2.520	904.014
Baixas	(50)	(1.490)	(4.636)	(15.214)	(2.321)	(6.296)	(57)	398	(29.666)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	(3.132)	3.953	75.482	2.306	(76.286)	-	(2.321)	2
Depreciação acumulada	-	(74.364)	(306.470)	(50.604)	(27.382)	-	(7.118)	(156)	(466.094)
Valor residual	5.704	51.482	299.734	34.438	-	15.417	650	441	407.866
Taxa média anual de depreciação									
	-	10,08%	11,17%	10%	33%	-	20%	Indefinida	-

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangível.

16 Intangível

	Controladora					
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2018	81.439	78.255	10.230	2.305.239	4.073	955
Adições	-	32.738	-	289.848	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Capitalização de juros (i)	-	-	-	28.165	-	-
Amortização	-	(33.668)	(1.320)	(329.646)	(4.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.439	77.325	8.910	2.293.606	-	955
Adições	-	29.892	-	378.269	-	-
Softwares destinados à integralização de capital da Ame Digital	-	-	-	(40.167)	-	-
Capitalização de juros (i)	-	-	-	39.527	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(52.940)	(1.320)	(328.600)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	81.439	54.277	7.590	2.342.635	-	955
Saldos em 31 de dezembro de 2018:						
Custo total	135.305	210.798	16.500	3.582.976	21.060	955
Amortização acumulada	(53.866)	(133.473)	(7.590)	(1.289.370)	(21.060)	-
Valor residual	81.439	77.325	8.910	2.293.606	-	955
Saldos em 31 de dezembro de 2019:						
Custo total	135.305	240.690	16.500	3.960.605	21.060	955
Amortização acumulada	(53.866)	(186.413)	(8.910)	(1.617.970)	(21.060)	-
Valor residual	81.439	54.277	7.590	2.342.635	-	955
Taxas médias anuais de amortização	Indefinida	20%	8%	8,60%	5,26%	Indefinida

	Consolidado					
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2018	554.541	102.909	10.230	2.305.945	4.073	9.463
Adições	-	32.802	-	289.848	-	2.938
Baixas	-	-	-	-	-	(36)
Capitalização de juros (i)	-	-	-	28.165	-	-
Baixas na venda de empresas controladas	195	-	-	-	-	-
Transferências	-	4	-	-	-	-
Amortização	-	(34.998)	(1.320)	(329.903)	(4.073)	(3.638)
Mais valia – BIT Services	(889)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	553.847	100.717	8.910	2.294.055	-	8.727
Adições	-	30.677	-	379.826	-	615
Baixas	-	-	-	(40.167)	-	-
Capitalização de juros (i)	-	-	-	39.527	-	-
Baixas na venda de empresas controladas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(54.086)	(1.320)	(329.437)	-	(147)
Mais valia – BIT Services	(889)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	552.958	77.308	7.590	2.343.804	-	9.195
Saldos em 31 de dezembro de 2018:						
Custo total	614.963	322.254	16.500	3.646.649	21.060	15.162
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)
Transferências	-	(2)	-	-	-	-
Amortização acumulada	(58.760)	(182.840)	(7.590)	(1.303.642)	(21.060)	(5.419)
Valor residual	553.847	100.717	8.910	2.294.055	-	8.727
Saldos em 31 de dezembro de 2019:						
Custo total	614.074	352.931	16.500	4.025.835	21.060	15.777
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)
Transferências	-	(2)	-	-	-	-
Amortização acumulada	(58.760)	(236.926)	(8.910)	(1.633.079)	(21.060)	(5.566)
Valor residual	552.958	77.308	7.590	2.343.804	-	9.195
Taxas médias anuais de amortização	Indefinida	20%	8%	8,60%	5,26%	Indefinida

(i) A taxa media ponderada do CDI dos empréstimos captados pela Companhia no exercício findo em dezembro de 2019 foi de 124,00% e em dezembro de 2018, 120,00%.

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2019. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos utilizando uma taxa de desconto pré-tax de 9,4% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados, além de mais ou menos valia dos ativos e passivos em combinação de negócios.

O modelo de negócios adotado pela Companhia corresponde a uma estrutura verticalizada, desta forma, os saldos consolidados representam de forma mais adequada a única unidade geradora de caixa (UGC), vide Nota 2.4, sendo esta considerada para o teste de *impairment*, não havendo impacto em eventual resultado negativo das investidas.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura e a companhia monitorou as premissas utilizadas e não identificou indicativos de perda ou necessidade de nova avaliação em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o ágio apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado			
	2019		2018	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos							
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	81.439	135.305	(53.866)	81.439	81.439
BIT Services	-	-	-	263.992	(6.943)	257.049	257.938
Mesaexpress	-	-	-	310	(307)	3	3
Click Rodo	-	-	-	19.426	-	19.426	19.426
Direct	-	-	-	195.038	-	195.038	195.038
BFF Logística	-	-	-	3	-	3	3
	135.305	(53.866)	81.439	614.074	(61.116)	552.958	553.847

(b) Desenvolvimento de *websites* e sistemas

Representam gastos com plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Seguindo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia. Dentre os projetos recém-lançados destacam-se:

- Novo Shoptime: site com novo *layout* e mais otimizado para *desktop* e *mobile*;
- *Store in store pet love*: maior *pet shop* online do Brasil;
- Portal de seguros e serviços: instalação de ar-condicionado, seguro de roubo e furto para dispositivos móveis, plano de saúde PET, Garantia Estendida;
- *Media Center* Shoptime: Experiência da TV na *web*, ao vivo e últimos vistos na TV;
- Plataforma de Seguros - Shoptime: recomendação de seguros durante o fluxo de compra do *site* e piloto com venda de seguro roubo e furto de celulares (quebra, perda ou roubo de celular);
- TV Shoptime no APP: programação da TV no bolso;
- Submarino.com – melhoria na *home* do departamento de livros, organização na navegação, destaque dos autores, listas literárias e lojas oficiais;
- “*Best seller*” para leitores - Página automática com vitrine customizada para destaque dos livros mais vendidos nos últimos 15 dias no Brasil e no *site* da Submarino.com.

- Favoritos *Cross Devices* – Além do App, também é possível favoritar produtos no site do Submarino. Sendo uma funcionalidade importante no engajamento de clientes, cujo objetivo é oferecer mais uma opção para o usuário montar sua wishlist;
- Para permitir maior visibilidade das ofertas de um item, a página de produto foi adequada no site da Submarino para apresentar as 3 melhores ofertas com o objetivo de facilitar a escolha e compra dos nossos clientes;
- No site da Submarino.com, foi desenvolvido o filtro de pré-venda que tornou possível ter uma página automática de produtos nesta condição. Além disso, passamos a permitir que sellers estratégicos possam cadastrar produtos como pré-venda;
- A identidade visual do *header* no site da Submarino foi alterada de acordo com o reposicionamento da marca. Atualizamos a cor institucional, trazendo ao usuário um visual mais moderno e focado no público-alvo, além de substituir o logo antigo pela assinatura atual da marca. Também foram implementadas melhorias de usabilidade e experiência do usuário;
- *Banner Card* – Nas páginas do Shoptime, esse componente possibilita a diagramação automatizada de um banner, a partir da inserção de conteúdo pela plataforma interna da empresa (Spacey). O objetivo é redução no carregamento de imagem, a padronização visual e a consistência na comunicação do Shoptime;
- Com destaque para as linhas mais relevantes do departamento de bebês, a Americanas.com, com nova página, aposta na melhor experiência mobile e apresentação de mais conteúdo. Navegação mais prática e intuitiva;
- Aplicativo novo do Sou Barato - Cupons, promoções e diversos produtos pelo preço que o cliente pode pagar. Lançamos o APP com diferentes funcionalidades, tais como favoritos, destaques, recomendações, entre outros;
- Site da Americanas.com com nova página de produtos cujo objetivo é facilitar a tomada de decisão do cliente;
- Novo resumo do pedido para todos os sites das nossas marcas, Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato. Melhoramos a disposição dos valores de forma coerente com a ordem que os descontos são aplicados, facilitando assim no melhor entendimento do cliente;
- Vertical Pocket Móveis – novo formato da home de móveis do Shoptime;
- Novo formato para destacar produtos usados do Submarino, visando melhor comunicação com o usuário;
- Cadastro automático de livros no site do Submarino a partir da integração com a Metabooks, plataforma especializada em metadados do setor;
- Reformulação da página da Oferta Wow do Submarino;
- Implementação dos últimos pedidos na home mobile do Submarino.

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de *impairment* do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos.

(c) **Direito de uso de lavra**

A Companhia adquiriu da LASA o montante de R\$ 16.500 referente à utilização da lavra em meios de telecomunicação (internet, televendas, entre outros), oriundo da finalização da parceria entre LASA e a Itaú Unibanco Holding S.A. e registrou o referido montante como ativo intangível.

17 **Ativos e Passivos de arrendamento**

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativa. A partir de 1º de janeiro de 2019, em atendimento ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo adotou a abordagem retrospectiva modificada e passaram a reconhecer o valor do aluguel, estabelecido nos contratos de arrendamento de longo prazo, como Ativos e Passivos de arrendamento. O aluguel correspondente aos contratos de curto prazo continua sendo reconhecido, por competência, como despesa de ocupação.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nesses contratos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se o Grupo estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovatória em conformidade com políticas internas do Grupo.

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) **Direito de uso de imóveis - Arrendamento Mercantil**

				Controladora				Consolidado
	31 de dezembro de 2019			01 de janeiro de 2019	31 de dezembro de 2019			01 de janeiro de 2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	272.898	(62.102)	210.796	197.783	329.500	(77.342)	252.158	244.241
Saldos líquidos no final do exercício	272.898	(62.102)	210.796	197.783	329.500	(77.342)	252.158	244.241

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no exercício:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2019
Saldos líquidos constituídos no início do exercício	197.783	244.241
Adições	75.115	85.259
Depreciação	(62.102)	(77.342)
Saldos líquidos no final do exercício	210.796	252.158

(b) **Arrendamentos a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	01 de janeiro de 2019	31 de dezembro de 2019	01 de janeiro de 2019
Arrendamentos a pagar	291.175	281.058	347.137	342.308
Juros sobre arrendamento	(51.268)	(53.475)	(57.742)	(62.593)
	239.907	227.583	289.395	279.715
Parcela do circulante	62.062	53.027	79.648	65.976
Parcela do não circulante	177.845	174.556	209.747	213.739

Movimentação dos arrendamentos no exercício:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Saldos líquidos constituídos no início do exercício	227.583	279.715
Adições por novos contratos	69.088	79.421
Pagamentos	(75.498)	(92.788)
Juros apropriados	18.734	23.047
Saldos líquidos no final do exercício	239.907	289.395

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Ajustado a Valor Presente	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	291.175	239.907	347.137	289.395
PIS/COFINS potencial (9,25%)	26.934	22.191	32.110	26.769

(c) “Misleading” provocado pela plena aplicação do CPC 06 (R2)

Para cálculo do custo do ativo de direito de uso de imóveis e do valor do passivo de arrendamento, o Grupo utilizou a taxa de juros incremental nominal para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos.

Conforme requerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, o Grupo efetuou o recálculo, utilizando as mesmas bases, descontando a taxa de juros incremental real do fluxo real de pagamentos.

Apresentamos abaixo os efeitos, não materiais, apurados considerando-se as metodologias de cálculo praticadas pelo Grupo e a exigida pelo Ofício circular:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Passivo de Arrendamento		
Fluxo Real x Taxa Nominal	239.907	289.395
Fluxo Real x Taxa Real	264.729	317.349
	24.822	27.954
Direito de uso		
Fluxo Real x Taxa Nominal	210.796	252.158
Fluxo Real x Taxa Real	240.823	286.557
	30.027	34.399
Despesa Financeira		
Fluxo Real x Taxa Nominal	(18.734)	(23.047)
Fluxo Real x Taxa Real	(11.028)	(13.443)
	7.706	9.604
Despesa de Depreciação		
Fluxo Real x Taxa Nominal	(62.102)	(77.342)
Fluxo Real x Taxa Real	(68.634)	(85.404)
	(6.532)	(8.062)

(c.1) Comparação Taxa Real x Taxa Nominal

	Controladora	Consolidado
Fluxo Real x Taxa Nominal (i)	7,49%	7,65%
Fluxo Real x Taxa Real (i)	2,91%	3,13%
	-4,58%	-4,52%

(i) Média da taxa de desconto utilizada no ano de 2019.

(d) Compromissos assumidos – Contratos de locação

O Grupo mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças para todos os seus imóveis, com vencimentos a curto e longo prazo, cujo aluguel é atualizado anualmente com base, principalmente, nos índices IGP-M e IPCA.

Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 os valores de aluguel previstos nos contratos com vigência superior a 12 meses. O aluguel correspondente aos contratos de curto prazo continua sendo

reconhecido, por competência, como despesa de ocupação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo incorreu em despesas de aluguéis de contratos de curto prazo e outras relacionadas aos imóveis o montante de R\$ 16.976. E os compromissos futuros, relacionados a esses contratos totalizam R\$ 5.392.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	2.985.104	2.238.736	3.078.444	2.337.016
Acordos comerciais	(304.121)	(318.573)	(304.121)	(318.573)
Ajuste a valor presente (Nota 2.7)	(15.741)	(12.836)	(15.741)	(12.836)
	2.665.242	1.907.327	2.758.582	2.005.607

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

19 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional						
Capital de giro	114,0% CDI a 135,5% CDI	20.12.2027	4.340.300	4.342.019	4.407.439	4.362.672
BNDES (i)	TJLP a TJLP + 2,9% a.a.	15.09.2022	8.816	200.288	8.816	200.288
BNDES (i)	TLP a TLP + 2,5% a.a.	15.06.2026	459.194	457.510	459.194	457.510
BNDES (i)	SELIC + 2,5% a.a a 2,9% a.a.	15.06.2026	48.333	350.675	48.333	350.675
BNDES (i)	PSI 6,0% a.a.	15.09.2021	358	9.463	358	9.463
FINEP (iv)	4,0% a.a.	15.12.2020	56.732	113.423	56.732	113.423
FINEP (iv)	TJLP + 3,0% a.a.	15.05.2024	57.003	65.388	57.003	65.388
Cotas FIDC (v)	106,5% do CDI	14.02.2024	448.982	-	448.982	-
Em moeda estrangeira (iii)						
Capital de giro (ii)	US\$ + 5,879% a.a.	27.08.2021	314.579	653.977	314.579	702.692
Operações de swap (ii)	118,9% CDI	27.08.2021	(8.949)	(49.453)	(8.949)	(51.402)
Capital de giro (ii)	€ + 2,1% a 2,3% a.a.	18.01.2023	488.191	434.720	488.191	434.720
Operações de swap (ii)	121,95% CDI a 122,6% CDI	18.01.2023	22.740	78.297	22.740	78.297
Custo com captações (IOF e outras)			(69.256)	(79.707)	(70.292)	(79.707)
			6.167.023	6.576.600	6.233.126	6.644.019
Parcela do circulante			1.300.545	675.672	1.320.955	723.091
Parcela do não circulante			4.866.478	5.900.928	4.912.171	5.920.928

(i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".

(ii) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap (Nota 4).

(iii) Captação consoante a Resolução nº 4.131 do Banco Central do Brasil (BACEN).

(iv) Financiamentos da FINEP com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

(v) Representa o saldo das cotas emitidas pelo Fênix-FIDC (Nota 8(a)).

(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	6.576.600	6.644.019
Captação	2.168.982	2.215.282
Amortização principal	(2.631.976)	(2.679.936)
Amortização juros	(484.958)	(489.459)
Encargos financeiros	538.375	543.220
Em 31 de dezembro de 2019	6.167.023	6.233.126

(c) Empréstimos e financiamentos não circulantes por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	2.227.203	-	2.247.203
2021	419.680	1.197.132	419.680	1.197.132
2022	266.960	1.394.040	266.960	1.394.040
2023	578.361	588.563	624.054	588.563
2024	3.232.918	380.709	3.232.918	380.709
2025	89.127	75.521	89.127	75.521
2026	64.624	37.760	64.624	37.760
2027	214.808	-	214.808	-
	4.866.478	5.900.928	4.912.171	5.920.928

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants e Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas informações consolidadas de sua controladora. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 todos os índices estavam atendidos.

(d) Garantias

Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por cartas de fiança no valor de R\$ 630.436 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.196.747 em 31 de dezembro de 2018).

(e) Linhas de crédito disponíveis

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía linhas de crédito com diversas instituições, a fim de utilizá-las nos momentos necessários para conduzir o crescimento orgânico da Companhia.

20 Debêntures

(a) Composição (Controladora e Consolidado)

	Data de emissão	Vencimento (i)	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	2019	2018
1ª Emissão privada	22.12.2010	22.12.2022	Privada	200.000	1.000	125,0% CDI	200.214	200.246

(b) Movimentação

	1ª Emissão Privada
Em 1º de janeiro de 2018	200.265
Amortização de juros	(16.138)
Encargos financeiros	16.119
Em 31 de dezembro de 2018	200.426
Amortização de juros	(15.130)
Encargos financeiros	15.098
Em 31 de dezembro de 2019	200.214

(c) Informações sobre as emissões de debêntures:

A seguir são apresentadas as descrições das debêntures emitidas e que estão em vigor em 31 de dezembro de 2019.

Natureza	1ª emissão privada
Data de emissão	22.12.2010
Data de vencimento	22.12.2022
Quantidade emitida	200
Valor unitário	R\$ 1.000
Encargos financeiros anuais	125,0% CDI
Conversibilidade	Simples, não conversíveis em ações
Tipo e forma	Nominativas e escriturais
Amortização do valor principal	Integral na data do vencimento
Pagamento dos juros remuneratórios	22 de dezembro de cada ano (2011 a 2022)
Garantias	Não possui
Repactuação	Permitida, desde que de comum acordo entre emissora e debenturista

21 Contas a pagar - Combinação de Negócios

Com o objetivo de expansão dos negócios e de acordo com o plano estratégico, a Companhia adquiriu empresas com operações ligadas a serviços digitais. Entre 2013 e 2015 foram adquiridas 19 empresas que atuam nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações e serviços de comércio eletrônico, consultoria em inteligência de clientes e produtos, além de duas das principais transportadoras especializadas em *e-commerce* do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar referente a aquisições destas empresas é de R\$ 8.092 (consolidado).

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
BIT Services	8.092	490	-	7.788
Outras	-	1.044	-	-
	8.092	1.534	-	7.788

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	69.293	29.203	76.634	36.661
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	993	585	1.140	703
Imposto sobre Serviços (ISS)	5.501	2.977	6.668	3.706
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	8.081	2.645	15.951	12.515
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	1.033	971
Outros	1.356	1.049	5.504	3.185
	85.224	36.459	106.930	57.741

23 Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido pelo departamento jurídico interno e por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança. Os depósitos judiciais realizados no exercício, controladora e consolidado, basicamente decorrem de recursos em processos tributários em tramitação na esfera federal.

(a) Depósitos Judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos Judiciais	90.350	66.068	90.543	66.084

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2018	37.168	37.211
Adições	34.349	34.686
Reversão	(5.449)	(5.813)
Em 31 de dezembro de 2018	66.068	66.084
Adições	38.115	38.561
Reversão	(13.833)	(14.102)
Em 31 de dezembro de 2019	90.350	90.543

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais	3.515	2.410	32.355	37.114
Trabalhistas	16.169	7.710	72.639	61.775
Cíveis	36.371	43.632	43.704	50.965
	56.055	53.752	148.698	149.854

Fiscais

Referem-se substancialmente, a processo por auto de infração lavrado para cobrança de suposto débito de ICMS.

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outras.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2019, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 1º de janeiro de 2018	3.212	1.697	57.738
Adições	535	6.013	6.365
Reversão	(1.337)	-	(20.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.410	7.710	43.632
Adições	1.105	15.063	681
Reversão		(6.604)	(7.942)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.515	16.169	36.371

	Consolidado		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 1º de janeiro de 2018	41.585	82.451	65.225
Adições	535	9.682	6.365
Reversão	(5.006)	(30.358)	(20.625)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	37.114	61.775	50.965
Adições	1.105	16.565	833
Reversão	(5.864)	(5.701)	(8.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.355	72.639	43.704

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. O montante aproximado dos processos é de R\$ 824.225 (R\$ 597.122 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 1.148.198 (R\$ 818.177 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

Dentre as principais ações de natureza tributárias classificadas como “perdas possíveis”, destacamos: (i) o auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSLL decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 80.307; e (ii) autos de infração decorrente da atribuição da responsabilidade pelo pagamento de multa, no valor aproximado de R\$ 526.160.

24 Receita Antecipada

A B2W firmou em 18 de outubro de 2013, Contrato de Acordo Comercial Seguro de Garantia Estendida com a seguradora CARDIF do Brasil Seguros e Garantias S.A., com interveniência da TRR Securitiz Corretora de Seguros Ltda., e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA., com o objetivo de explorar a oferta de Garantia Estendida, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia.

Por conta desse contrato, a B2W recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 35.000 que está sendo apropriado ao resultado mediante cumprimento de metas.

Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas “Outros passivos circulantes” e “Outros passivos não circulantes”.

Adiantamento recebido	35.000
Apropriado em 2013 a 2016	(24.627)
Apropriado em 2017	(1.616)
Apropriado em 2018	(1.820)
Apropriado em 2019	(1.716)
A apropriar	5.221
Parcela do circulante	2.489
Parcela do não circulante	2.732

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é representado por 523.229.262 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (457.280.804 ações, em 31 de dezembro de 2018).

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	2019	2018
Lojas Americanas S.A	321.376.659	281.261.673
Macquarie Group Limited	27.699.048	25.332.805
Administradores	7.168.400	8.251.609
Outros acionistas ("free floating")	166.985.155	142.434.717
	523.229.262	457.280.804
Lojas Americanas S.A.	61,42%	61,51%
Não controladores	38,58%	38,49%

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Ordinárias nominativas	Saldo (em milhares de reais)
Em 31 de dezembro de 2018	457.280.804	5.742.330
Subscrição privada	64.102.565	2.500.000
Subscrição de ações através de Plano de Ação	1.845.893	47.228
Em 31 de dezembro de 2019	523.229.262	8.289.558

(d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

26 Pagamento baseado em ações

A Companhia disponibiliza, aos seus administradores e empregados, planos de subscrição de ações, sendo estes baseados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia "Plano de Opção", aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2011 e posteriores aditamentos e o Plano de Incentivo com Ações Restritas "Plano de Ações Restritas", aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2018.

Os principais objetivos dos programas são o de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, além de manter os serviços de executivos e empregados de alto nível, oferecendo como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia.

O limite máximo para outorga de concessão de opções na forma do Plano de Opção é compartilhado com o limite do Plano de Ações Restritas. Desta forma, o Plano de Ações Restritas e o Plano de Opção estarão limitados, em conjunto, a 5% do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e ainda não exercidas no âmbito do Plano de Opção, bem como as ações restritas que ainda não tenham sido efetivamente transferidas aos Beneficiários.

(i) Plano de Opção (2014 – 2016):

Os programas atualmente em vigor preveem opções compostas por dois lotes observadas determinadas condições, dentre elas, que o Beneficiário deverá destinar um determinado percentual do bônus a ele atribuído pela Companhia, para o exercício, parcial ou integral, das Opções que compõem o Lote A e o Lote B. As Opções do Lote A e as Opções do Lote B dão direito à aquisição de uma determinada quantidade de ações, conforme abaixo:

Lote A: Cada Opção do Lote A dá direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.
Lote B: Cada Opção do Lote B dá direito à aquisição de até quatro ações ordinárias de emissão da Companhia.

Uma vez exercidas as Opções, seja do Lote A ou do Lote B, e na data do exercício, a Companhia disponibilizará ao Beneficiário uma Ação para cada Opção do Lote A e uma Ação para cada Opção do Lote B. As demais quatro Ações que compõem cada Opção do Lote B serão entregues após um prazo de carência de 60 meses contados da data do respectivo Programa.

A regra geral do Plano de Opção é que o preço de exercício deverá ser estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, utilizando-se a média dos preços de fechamento das ações negociadas na B3, em um determinado período anterior à data da concessão da opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão determinar, quando do lançamento do Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de exercício. Especificamente em relação aos programas atualmente em vigor, o preço de exercício de cada opção do Lote A e do Lote B corresponde à cotação média das ações de emissão da Companhia nos últimos 22 pregões da B3.

Adicionalmente, os Beneficiários do Plano, enquanto titulares de ações da Companhia, passam a fazer jus ao recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio a partir do momento de exercício das opções.

Programa	2016	2015	2015	2015	2014
Data reunião Comitê de Administração - Aprovação do Programa	10/03/2016	11/06/2015	11/06/2015	10/03/2015	11/03/2014
Quantidade de Ações ON Outorgados	2.845.194	476.807	177.474	1.357.147	1.285.208
Início do período de <i>vesting</i>	abr/16	jul/15	jul/15	abr/15	set/14
Final do período de <i>vesting</i>	mar/21	jun/20	jun/20	mar/20	jul/19
Valor de subscrição da ação na data da outorga	8,46	11,87	17,37	18,41	20,49
Valor de exercício da ação - preço médio conforme estabelecido em cada programa	9,40	25,82	25,82	20,46	22,77
Número de ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós-período de <i>vesting</i>	3.094.961	432.226	160.880	1.456.245	1.371.281
Data de outorga	09/08/2016	01/07/2015	11/06/2015	05/06/2015	01/09/2014
Período de <i>vesting</i>	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses

(ii) Plano de Opção e Plano Ações Restritas (2018-2019):

O programa aprovado em 2018 prevê que o Beneficiário poderá optar por exercer as Opções destinando parte de seu Bônus. Cada Opção exercida dará direito à aquisição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação").

Adicionalmente, para os anos de 2018 e 2019, o Conselho de Administração poderá outorgar Ações Restritas no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral de 2018, e poderá condicionar a elegibilidade e/ou efetiva participação do respectivo Beneficiário neste Plano de Ações Restritas ao efetivo exercício de opções outorgadas no âmbito de tais planos ou programas. As Ações Restritas serão entregues após um prazo de carência a se encerrar em 5 (cinco) anos contados da data do Programa.

Plano	2019	2018
Data reunião Comitê de Administração - Aprovação do Programa	31/05/2019	07/03/2018
Quantidade de ações ON outorgados	474.612	444.065
Início do período de <i>vesting</i>	ago/19	out/18
Final do período de <i>vesting</i>	ago/24	set/23
Valor de subscrição da ação na data da outorga	33,72	22,70
Valor de mercado da ação na data da outorga	44,05	31,13
Data de outorga	09/08/2019	07/03/2018
Período de <i>vesting</i>	60 meses	60 meses

Os custos de remuneração dos executivos provenientes dos planos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 22.760 registrados em outras despesas operacionais (R\$ 16.896 em 31 de dezembro de 2018) e contrapartida registrada em reserva de capital. Os custos de remuneração dos programas a serem reconhecidos (de 2019 a 2023) pelo vesting period dos planos, considerando as premissas utilizadas, totalizam aproximadamente R\$ 33.717.

27 Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta com vendas	7.312.925	7.341.200	7.458.928	7.497.129
Receita bruta com serviços	1.603.432	904.429	1.814.619	1.147.190
Devoluções/descontos incondicionais	(891.305)	(571.279)	(916.155)	(600.017)
(-) Impostos sobre vendas/serviços	(1.603.960)	(1.448.954)	(1.695.723)	(1.555.829)
	6.421.092	6.225.396	6.661.669	6.488.473
Efeitos líquidos dos impostos dos créditos tributários ICMS na base do Pis e da Cofins	106.313	-	106.313	-
Receita Líquida	6.527.405	6.225.396	6.767.982	6.488.473

28 Despesas por natureza

O Grupo optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas				
Pessoal	(267.269)	(257.698)	(286.266)	(285.692)
Ocupação (iii)	(21.264)	(90.553)	(27.042)	(101.472)
Suprimentos	(21.342)	(16.249)	(24.653)	(19.229)
Tarifas e comissões	(255.676)	(211.658)	(255.718)	(211.658)
Distribuição	(278.876)	(285.015)	(37.113)	(28.515)
Outras (i)	(460.368)	(422.859)	(489.968)	(449.021)
Total Despesas com vendas	(1.304.795)	(1.284.032)	(1.120.760)	(1.095.587)
Gerais e administrativas				
Pessoal	(58.824)	(25.569)	(94.443)	(48.707)
Ocupação	(2.707)	(2.527)	(6.362)	(10.998)
Honorários da Administração	(9.224)	(11.235)	(9.224)	(11.235)
Depreciação e amortização (iv)	(499.321)	(424.370)	(519.745)	(432.484)
Outras (ii)	(25.963)	(23.843)	(74.455)	(53.720)
Total Despesas Gerais e administrativas	(596.039)	(487.544)	(704.229)	(557.144)
Efeitos líquidos de despesas vinculadas aos créditos tributários de ICMS na base do Pis e da Cofins	(32.673)	-	(32.673)	-
Total Despesas Vendas e Gerais e Administrativas	(1.933.507)	(1.771.576)	(1.857.662)	(1.652.731)

Outras receitas e (despesas) operacionais

(45.701)

(64.479)

(46.597)

(45.007)

- (i) Referem-se, principalmente, a mídia *on* e *offline* e serviços terceirizados de atendimento a clientes.
- (ii) Referem-se, principalmente, a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.
- (iii) Até 31 de dezembro de 2018, a despesa de aluguel correspondente aos contratos de locação de imóveis era reconhecida, pelo regime de competência, como despesa de ocupação. Vide notas 2.2 e 17 (c).
- (iv) Em função do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu ativo direito de uso de seus contratos de arrendamento de imóveis e consequentemente as despesas de depreciação, nos montantes de R\$ 62.102 na controladora de R\$ 77.342 no consolidado. Vide notas 2.2 e 17.

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	284.369	203.623	296.746	211.144
Descontos financeiros obtidos	-	29.271	3.323	43.907
Ajuste a valor presente de contas a receber	196.125	175.324	196.125	175.324
Outras receitas financeiras	285	17.777	728	17.679
Total receita financeira	480.779	425.995	496.922	448.054
Juros e variação monetária dos financiamentos e antecipação dos recebíveis	(848.619)	(831.870)	(854.863)	(839.242)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(157.466)	(118.367)	(157.466)	(118.367)
Outras despesas financeiras	(47.738)	(20.742)	(65.403)	(56.779)
Total despesa financeira	(1.053.823)	(970.979)	(1.077.732)	(1.014.388)
Arrendamentos	(18.734)	-	(23.047)	-
Subtotal	(591.778)	(544.984)	(603.857)	(556.334)
Efeitos líquidos da atualização monetárias dos créditos tributários ICMS na base do Pis e da Cofins	37.506	-	37.506	-
Resultado financeiro	(554.272)	(544.984)	(566.351)	(566.334)

30 Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

	Controladora	
	2019	2018
Numerador		
Prejuízo do exercício	(318.238)	(397.427)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada de número de ações em circulação	468.427	454.819
Prejuízo líquido por ação básico	(0,6794)	(0,8738)
Denominador (em milhares de ações) diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	475.605	462.319
Prejuízo líquido por ação diluído	(0,6691)	(0,8596)

31 Cobertura de seguros - Não auditado

O Grupo mantém apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

Risco cobertos	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Responsabilidade Civil Geral e D&O (i)	90.000	11.927.034
Danos Materiais	1.571.205	1.758.536
Perdas e Danos	198.117	228.186
Responsabilidade Civil em Transporte em Internacional	-	US\$ 200.000

(i) Adicionalmente a cobertura a frota de veículos estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE");

32 Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 35.256 e R\$ 30.461 respectivamente (R\$ 35.525 e R\$ 30.461 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

O Grupo não concede benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de ações descrito na nota 26).

33 Eventos subsequentes

A Companhia adquiriu, em 13 de janeiro de 2020, a totalidade das quotas do capital social do SuperNow Portal e Serviços de Internet Ltda. ("Supermercado Now"). Trata-se uma plataforma inovadora de e-commerce focada na categoria de Supermercado no Brasil. O valor da transação não constituiu investimento relevante para a Companhia.

A aquisição está em linha com a estratégia da B2W de expandir sua presença na categoria de Supermercado, abrindo uma nova frente de crescimento e oferecendo um sortimento ainda mais completo para os clientes da Companhia.

* * *